



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROEG  
CAMPUS AVANÇADO DE PATU - CAP  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS - DLV  
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**FELLIPE DE ANDRADE MOTA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A REPROVAÇÃO DE SUJEITOS PRETOS E  
PARDOS EM BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DISCURSIVIZADOS EM  
*WEBJORNAIS***

**PATU - RN  
2024**

FELLIPE DE ANDRADE MOTA

UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A REPROVAÇÃO DE SUJEITOS PRETOS E  
PARDOS EM BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DISCURSIVIZADOS EM  
*WEBJORNAIS*

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, *Campus* Avançado de Patu - CAP, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Brenda de Freitas

PATU - RN  
2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.**  
**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

A553a Andrade Mota, Fellipe de  
UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A  
REPROVAÇÃO DE SUJEITOS PRETOS E PARDOS EM  
BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO  
DISCURSIVIZADOS EM WEBJORNAIS. / Fellipe de  
Andrade Mota. - Patu - RN, 2024.  
53p.

Orientador(a): Profa. M<sup>a</sup>. Brenda de Freitas.  
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em  
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Discurso. 2. Saber e poder.. 3. Vontade de verdade.  
4. Bancas de Heteroidentificação. 5. Lei de cotas. I.  
Freitas, Brenda de. II. Universidade do Estado do Rio  
Grande do Norte. III. Título.

**UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A REPROVAÇÃO DE SUJEITOS PRETOS E  
PARDOS EM BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO DISCURSIVIZADOS EM  
WEBJORNAIS**

Monografia apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, *Campus* Avançado de Patu - CAP, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

Aprovado em: 05/12/2024

**Banca Examinadora**

*Brenda de Freitas*

---

Profa. Ma. Brenda de Freitas – Orientadora  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

*Aline Almeida Inhoti*

---

Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti – Examinadora  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

*Willian Andrade Silva*

---

Prof. Willian Andrade Silva - Examinador  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Dedico este trabalho a minha família que sempre me apoiou, a minha mãe que sempre esteve comigo, e principalmente à minha orientadora que esteve comigo em cada parte do percurso de escrita desse trabalho, sempre de prontidão, que também me acompanhou durante a escrita do pré-projeto. Dedico a todos que me ajudaram nesse percurso.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Primeiramente agradeço a minha família, especialmente a minha mãe, pelo apoio incondicional, carinho e compreensão durante todo o processo. Sua presença foi um pilar fundamental para que eu pudesse superar os desafios e seguir em frente com o trabalho.

Agradeço a minha ilustre orientadora Brenda de Freitas, cuja orientação, paciência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste TCC. sempre generosa, atenciosa e pronta para ajudar, me ajudou a aprimorar minhas ideias e a buscar caminhos mais sólidos e reflexivos em minha pesquisa e que sem dúvidas foi essencial para que eu pudesse concluir minha pesquisa.

Agradeço a banca examinadora por realizar a leitura desta monografia. À professora Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti que foi um dos motivos da escolha da temática da presente pesquisa. Não poderia esquecer de agradecer ao professor William Andrade Silva, pelas sugestões feitas na defesa do projeto. William, suas orientações foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também à professora Dra. Luciana Fernandes Nery, por sempre nos orientar da melhor forma possível, desde o projeto até a monografia.

À todos os professores do curso de Letras Língua Portuguesa, pelo conhecimento compartilhado, pelo incentivo de ir para além das fronteiras da academia. Cada um, com sua abordagem única, contribuiu para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Meus sinceros agradecimentos!

Por fim, gostaria de agradecer aos meus colegas e amigos, que, com suas críticas construtivas, palavras de incentivo e apoio constante, tornaram esta jornada ainda mais enriquecedora, meu muito obrigado. A troca de experiências e aprendizados com todos vocês foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. A todos, meu sincero agradecimento!

Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenha medo de não enfrentá-la, criticá-la, usá-la.

Michel Foucault (1989)

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os discursos presentes nas reportagens midiáticas sobre as reprovações em bancas de heteroidentificação, buscando entender como as representações raciais perpetuadas por esses meios influenciam as decisões e reforçam as exclusões. Nesse sentido, aprendam-se como objetivos específicos, analisar as relações entre saber e poder nas bancas de heteroidentificação, os discursos midiáticos sobre sujeitos recusados e a "vontade de verdade" presente nesses relatos. Além disso, investigar a efetividade das políticas educacionais, como o sistema de cotas, na promoção da igualdade de oportunidades para grupos étnicos minoritários. Para tanto justifica-se a escolha de se trabalhar com a presente temática devido a recorrência de casos de sujeitos pretos e pardos reprovados em bancas de heteroidentificação no início do ano de 2024. A presente pesquisa é de caráter qualitativo e bibliográfico, a partir da escolha de (6) materialidades discursivizadas no *Webjournal G1*. A pesquisa se apoia-se nos estudos discursivos foucaultianos (1972, 1976, 1979, 1980, 1996, 2000, 2008). Além de ser fundamentada com base nas discussões de outros estudiosos que seguem a linha foucaultiana, como Gregolin (2008), Machado (1981), Gomes (2015), Veiga (2016), Assis (2015). Fanon (2008) sobre as questões raciais e Bhabha (2015) ampliando a análise para as questões de memória, colonialismo e poder no discurso midiático. A partir da análise dos dados identificou-se que, apesar da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) ser um avanço importante na promoção da igualdade racial, os processos de heteroidentificação ainda estão imersos em estereótipos que perpetuam a exclusão de indivíduos negros e pardos, reforçando uma hierarquia racial que mantém certos grupos sociais à margem. A mídia, ao veicular esses discursos, contribui para a manutenção dessa hierarquia, afetando a percepção pública sobre a identidade racial e suas implicações sociais.

**Palavras-chave:** Discurso. Saber e poder. Vontade de verdade. Bancas de Heteroidentificação. Lei de cotas.

## ABSTRACT

The main objective of this research was to analyze the discourses present in media reports about rejections in heteroidentification panels, aiming to understand how the racial representations perpetuated by these media influence decisions and reinforce exclusions. In this regard, the specific objectives were: to analyze the relationships between knowledge and power in heteroidentification panels, the media discourses about rejected individuals, and the "will to truth" present in these reports. Furthermore, it sought to investigate the effectiveness of educational policies, such as the quota system, in promoting equal opportunities for minority ethnic groups. The choice to address this theme is justified by the recurrence of cases involving Black and Brown individuals rejected in heteroidentification panels at the beginning of 2024. This research is qualitative and bibliographic, based on the selection of (6) discursive materials from the Webjournal G1. The research is supported by Foucauldian discourse studies (1972, 1976, 1979, 1980, 1996, 2000, 2008) and is also grounded in the discussions of other scholars following the Foucauldian approach, such as Gregolin (2008), Machado (1981), Gomes (2015), Veiga (2016), Assis (2015), Fanon (2008) on racial issues, and Bhabha (2015) expanding the analysis to issues of memory, colonialism, and power in media discourse. From the data analysis, it was identified that, despite the Quota Law (Law No. 12.711/2012) being an important advancement in promoting racial equality, the processes of heteroidentification are still immersed in stereotypes that perpetuate the exclusion of Black and Brown individuals, reinforcing a racial hierarchy that keeps certain social groups marginalized. The media, by broadcasting these discourses, contributes to the maintenance of this hierarchy, affecting public perception of racial identity and its social implications.

**Keywords:** Discourse. Knowledge and power. Will to truth. Heteroidentification panels. Quota law.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Branco demais para o PPI.....	31
Figura 2: Um áudio vale mais que mil imagens.....	34
Figura 3: Racismo velado na sociedade.....	38
Figura 4: Eu sou negra!.....	41
Figura 5: Desafios e tensões.....	44
Figura 6: A percepção pública sobre as cotas.....	47

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 DISCURSO, PODER E MÍDIA: A EXCLUSÃO RACIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Análise do Discurso: uma inserção na história.....</b>	<b>15</b>
2.1.1 Os estudos discursivos foucaultianos.....	17
2.1.2 A tensa rede das relações entre os saberes e poderes.....	20
2.1.3 A coragem de se dizer a verdade na sociedade hiperconectada.....	21
<b>2.2 Preconceito racial: discurso de ódio no tecido social moderno.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 O <i>Webjornal</i> como porta-voz da informação na era tecnológica.....</b>	<b>26</b>
<b>3 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: OS DISCURSOS QUE REGULAM O CORPO NEGRO NO PROCESSO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 As relações de saber e poder: a régua que mede quem é negro o suficiente .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Dizer a verdade na era da tecnologia da informação.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3 A lei de cotas como processo de reparação histórica.....</b>	<b>43</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A colonização e a escravidão deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, configurando uma estrutura de poder que justificava a exploração e a dominação de povos indígenas e africanos. Esse período foi caracterizado pela subjugação sistemática, que era vista como algo natural ou moralmente aceitável pelas potências colonizadoras europeias.

De acordo com Erthal (2000), durante os períodos de colonização e escravidão, os povos europeus exploraram e dominaram vastas áreas do mundo, subjugando povos como os indígenas e africanos. A abolição da escravatura em 1888 no Brasil, possibilitou que os escravos se tornassem livres/emancipados perante a sociedade. No entanto, os negros e seus descendentes enfrentaram muitos desafios sociais e econômicos que os relegavam a uma posição marginalizada na sociedade. Essa marginalização, refletia em uma visão que os considerava menos humanos, incapazes de alcançar plenamente sua humanidade. Esta situação foi agravada pela presença significativa da comunidade negra e pelo aumento da miscigenação na população brasileira.

A imagem estereotipada dos sujeitos pretos e pardos tem sido reafirmada negativamente na sociedade. Tendo em vista que a memória escravocrata deixou marcas profundas na estrutura social e cultural desses sujeitos, condicionando a maneira como os negros são tratados. Após séculos de Racismo, mesmo tendo conquistado a liberdade, os sujeitos pretos e pardos raramente tinham a oportunidade de estudar em escolas e ingressar no ensino superior. Para tanto, com o intuito de facilitar a inclusão desses grupos em universidades foi criada a Lei de Cotas nº 12.711/2012<sup>1</sup> que estabeleceu um programa especial para as instituições de ensino técnico e superior, sobretudo, nos âmbitos estadual e federal.

Ao pleitear uma vaga assegurada pela lei de cotas, os sujeitos necessitam passar por um processo de reafirmação, as bancas de heteroidentificação. No processo de heteroidentificação, a banca tem a função de verificar a identidade racial do candidato para garantir que os critérios de cotas sejam respeitados. Essa verificação é uma ferramenta instituída para evitar fraudes no sistema de cotas, assegurando que as vagas destinadas aos grupos étnicos minoritários sejam

---

<sup>1</sup> Lei de Cotas nº 12.711/2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ocupadas por quem realmente faz parte desses grupos. A banca, composta por profissionais designados para avaliar as características fenotípicas dos candidatos, busca confirmar se a identidade racial declarada corresponde às características físicas dos sujeitos. O intuito dessa verificação é preservar a justiça no processo seletivo, garantindo que aqueles que realmente têm direito ao benefício da cota possam acessá-lo.

No entanto, é importante notar que as decisões da banca podem ser influenciadas por estereótipos raciais, uma vez que a definição do que é considerado "autêntico" para determinada identidade racial depende de critérios visuais, que podem ser subjetivos e permeados por racismo. Como resultado disso, sujeitos podem ter sua identidade negada com base em julgamentos preconceituosos e representações estereotipadas, o que pode perpetuar a exclusão de grupos sociais historicamente marginalizados, como os negros e pardos.

Na atualidade, tem sido divulgado alguns casos de "recusa/reprovação" de sujeitos pretos e pardos em bancas de heteroidentificação, que repercutiram nos veículos comunicativos, principalmente em *webjornais* como o G1, portal de notícias do globo. Nos *webjornais*, é possível ter acesso aos relatos de sujeitos que foram reprovados no processo de heteroidentificação, pelo fato de "não possuírem características o suficiente" para serem considerados como um sujeito preto ou pardo. Dentre as características citadas encontram-se a descrição de "lábios finos"; "cabelo curto"; ou até mesmo "bonita demais" para ter o direito a pleitear uma vaga no ensino superior. Por sua vez, a propagação de discursos que reduzem os traços fenótipos dos sujeitos, perpetua estereótipos raciais enraizados na sociedade e reforça racismo e discriminações historicamente construídos. Essa herança contribui para a propagação de estigmas prejudiciais e para a manutenção de uma hierarquia racial.

Partindo do exposto, evidenciamos a problemática que nos auxiliará no processo de elaboração/desenvolvimento da presente pesquisa, que busca entender como os discursos que reafirmam os estereótipos raciais propagados na sociedade contribuem para o processo de desigualdade social dos sujeitos pretos e pardos no processo de avaliação das bancas de heteroidentificação.

Nessa perspectiva, destacamos as seguintes questões que nortearão a presente pesquisa: i) Como os discursos de estereótipos raciais proferidos nas bancas de heteroidentificação são reproduzidos/discursivizados na mídia

jornalística? ii) De que maneira a propagação desses estereótipos raciais contribui para o processo de transformação da mentalidade social em relação aos grupos étnicos minoritários? iii) De que maneira os discursos estereotipados proferidos em bancas de heteroidentificação e discursivizados por *webjornais* alertam para o problema no processo de seleção para o ingresso ao ensino superior?

Diante do contexto apresentado anteriormente, destacamos os objetivos que auxiliarão no processo de elaboração da presente pesquisa. Para tanto, definimos como objetivo geral:

- Investigar os discursos propagados em reportagens discursivizadas em *webjornais* sobre as reprovações de sujeitos pretos e pardos em bancas de heteroidentificação.

Em seguida elencamos os seguintes objetivos específicos:

- Examinar as relações entre os saberes e poderes no processo de seleção/avaliação de sujeitos pretos e pardos em bancas de heteroidentificação;
- Analisar a vontade de verdade presente em discursos dos sujeitos pretos e pardos recusados em bancas de heteroidentificação discursivizados em notícias de *webjornais*.
- Investigar as políticas educacionais, incluindo o sistema de cotas, e sua efetividade na promoção da igualdade de oportunidades para grupos étnicos minoritários;

Justifica-se a escolha de se trabalhar com a presente temática devido a recorrência de casos de sujeitos pretos e pardos reprovados em bancas de heteroidentificação no início do ano de 2024. Este estudo visa analisar como os discursos midiáticos influenciam na/para a perpetuação de estereótipos raciais, particularmente no contexto de julgamentos baseados em características fenotípicas. Tal análise não apenas promove uma reflexão sobre a autoimagem dos sujeitos afetados, mas também contribui para um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e identitárias envolvidas.

Realizar uma análise sobre os discursos que perpetuam estereótipos raciais nas bancas de heteroidentificação é crucial para combater desigualdades e

promover a justiça social. Os estereótipos raciais perpetuados nos meios de comunicação objetivam as percepções e atitudes da sociedade em relação a grupos sociais minorizados. Compreender como esses discursos são construídos e difundidos pode ajudar a desconstruir o racismo e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Além disso, pode fornecer subsídios para a criação de políticas públicas mais eficazes no combate ao racismo e na promoção da diversidade, incentivando a responsabilidade social dos veículos de comunicação.

Desenvolver uma pesquisa sobre essa temática oferece uma oportunidade para explorar a intersecção entre mídia, identidade racial e políticas de inclusão. Estudar os discursos em reportagens de *webjornais* pode revelar os mecanismos pelos quais os estereótipos são mantidos ou desafiados, isso contribui para a compreensão das dinâmicas do poder e sua representação na mídia, além de fornecer uma base teórica e empírica para futuras pesquisas. Ademais, a análise desses discursos pode ajudar a desenvolver metodologias e abordagens mais justas e precisas no processo de avaliação utilizado nas bancas de heteroidentificação, influenciando positivamente o campo dos estudos sobre raça e etnicidade.

A metodologia utilizada na presente pesquisa é de carácter qualitativo e bibliográfico, desenvolvida por meio do levantamento, seleção e fichamento de dados e informações relacionadas à pesquisa. De cunho exploratório para obter uma compreensão inicial sobre o problema proposto. Além de desenvolver o levantamento e revisão da literatura prévia das teorias utilizadas, destacando-se o método arqueogenealógico foucaultiano como ponto de partida teórico. Este método permite que possamos investigar como discursos, práticas e relações de poder são constituídos, transformados e contestados ao longo da história. A utilização da arqueogenealogia foucaultiana permite que seja examinado não só o conteúdo dos discursos midiáticos, assim como também permite investigar os efeitos de sentido contidos nas produções discursivas. A partir disso, será possível compreender como estas produções refletem no exercício do poder na sociedade.

Para tanto, utilizaremos os estudos de Foucault (1966, 1972, 1976, 1980, 1996, 2000, 2008), sobre os conceitos de discurso, formação discursiva, práticas discursivas, sujeito, relações de saber e poder e vontades de verdade, para explicar os mecanismos que regulam a produção e circulação dos discursos. Dessa forma, os conceitos foucaultianos, serão abordados por meio do método arqueogenealógico, com o intuito de analisar os discursos midiáticos e suas

implicações nos processos de produção da subjetividade dos sujeitos e na reprodução de relações de poder na sociedade.

Utilizaremos ainda como base teórica, os estudos de pesquisadores que seguem os pressupostos de foucaultianos como Gregolin (2008) sobre a Análise do Discurso brasileira e dispositivos midiáticos, Machado (1981) e a genealogia do poder de Foucault, Gomes (2015) sobre as questões que envolvem memória no discurso midiático, Bhabha (2012) e sua teoria do "outro" no contexto do colonialismo. Fanon (2008), Almeida (2019) Westin (2020) para discutir as questões raciais

Sabendo que a presente pesquisa tem como foco questões raciais, a seleção do *corpus* tem como base as reportagens sobre os discursos de estereótipos raciais presentes nas mídias digitais jornalísticas, o *webjournal* G1, sobre os casos de recusa em bancas de heteroidentificação, ocorridos no primeiro semestre de 2024 bem como sobre os discursos de estereótipos raciais. Para a construção da pesquisa teremos como base enunciados das reportagens postadas no G1, bem como os relatos dos envolvidos

Para tanto a presente pesquisa estrutura-se em três capítulos, iniciando pela introdução, onde apresentamos a contextualização e elementos que solidificam o processo de desenvolvimento da pesquisa. Na sequência apresentamos o capítulo 2 "Discurso, poder e mídia: a exclusão racial na sociedade contemporânea", em que discutiremos sobre o percurso histórico da Análise do Discurso, bem como sobre as contribuições dos estudos discursivos foucaultianos acerca das relações de saber e poder e as vontades de verdade, além de discutir ainda sobre as questões raciais e o *Webjournal* enquanto dispositivo midiático.

Por fim, o Capítulo 3 "Preconceito e discriminação: Os discursos que regulam o corpo negro no processo de heteroidentificação", momento destinado para a análise das materialidades discursivas selecionadas a partir do *Webjournal* G, que discursivizam sobre as recusas de sujeitos pretos e pardos no processo de heteroidentificação. Ao longo deste capítulo desempenhamos o gesto analítico por meio das relações de saber e poder, as vontades de verdade, bem como utilizando-se de mecanismos como implementação da Lei de Cotas e como processo de reparação histórica, analisando sua eficácia como instrumento de reparação histórica.

## 2 DISCURSO, PODER E MÍDIA: A EXCLUSÃO RACIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### 2.1 Análise do Discurso: uma inserção na história

Situando a Análise do Discurso (AD), enquanto área do conhecimento, pode-se definir que o seu intuito é a compreensão dos objetos situados no mundo. Assim, busca-se entender como um texto, uma imagem ou um gesto, ou seja, como o discurso é capaz de produzir sentidos. Esta disciplina surgiu na década de 1960 na França, como uma reação às tendências do estruturalismo e da gramática gerativa transformacional. Nesse sentido, Orlandi (2012, p. 15) destaca:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Assim, reforçando a ideia de que o discurso, para a Análise do Discurso, tomado como seu objeto, não se trata apenas das estruturas da língua ou as normas gramaticais que a precedem, mas sim o discurso em seu aspecto dinâmico e usual, no qual o sentido é constantemente (re)construído. Para tanto, Orlandi (2012, p. 15), destaca ainda que:

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se.

Assim, a AD, vai para além de uma abordagem linguística estrita e se volta para os aspectos históricos e sociais que formam os discursos. Este campo de estudo, ultrapassa os limites do dizível e permite que se haja uma compreensão sobre a complexa relação entre língua, sujeito e história, dessa maneira, ao inserir esses aspectos no processo da análise, os sujeitos são capazes de produzir sentidos outros através da linguagem.

No processo de estabelecimento e desenvolvimento da disciplina de Análise do Discurso, evidencia-se a figura de Michel Pêcheux, como sendo o seu fundador

com a publicação da obra “Análise Automática do Discurso”.

Nesse contexto, ao longo de seu desenvolvimento, a AD (sob as orientações de linhagem francesa) pode ser dividida em três momentos, conforme destaca Assis (2015), o primeiro momento a AD1 introduz o conceito de maquinaria discursiva, que descreve processos gerados por condições de produção estáveis específicas para diferentes tipos de discursos. Na AD2 é marcado por um período de transição de uma compressão dos discursos enquanto uma maquinaria discursiva para o entendimento de Formação Discursiva (FD), conforme proposto por Foucault (1969), enfatizando regras históricas que moldam as condições de enunciação e determinam o que pode ser dito conforme a posição social do sujeito. Na terceira fase, a AD3, se estabelece a adoção do conceito sobre as FDs, e além disso, é também adotado o conceito de interdiscursividade, em que os discursos são vistos em diálogo constante, mesmo estando em diferentes formações discursivas, mas que se interligam por meio de relações interdiscursivas dentro de um contexto sócio-histórico específico.

Partindo para a AD contemporânea, a mesma se destaca por sua abordagem interdisciplinar das práticas comunicativas na sociedade atual. Influenciada por pensadores como Pêcheux e Foucault, esta área de estudo vai além da interpretação textual convencional, explorando como diferentes formas de linguagem verbal, visual e gestual são empregadas para construir significados e dinâmicas de poder. Ao decorrer do tempo, a Análise do Discurso evoluiu, incorporando novas perspectivas e metodologias que captam a complexidade da comunicação contemporânea. Ademais, embora Foucault não pertença ao grupo pecheutiano, suas ideias influenciaram profundamente a análise do discurso.

É importante destacar que os pensamentos de Foucault se diferem significativamente dos de Pêcheux. Foucault a vê como uma continuidade histórica. Embora Foucault não tenha se posicionado diretamente como um teórico da Análise do Discurso, suas obras proporcionaram as bases para que pensadores da AD, como Pêcheux, pudessem desenvolver uma análise mais complexa das relações entre discurso, formação discursiva e as estratégias de poder na sociedade. Neste contexto, para que possamos desempenhar o gesto analítico sob uma perspectiva dos estudos do discurso, na seção subsequente discutiremos sobre as contribuições de Michel Foucault, cuja obra proporciona uma compreensão profunda sobre o sujeito e as suas relações entre discurso, poder e conhecimento.

### 2.1.1 Os estudos discursivos foucaultianos

Conforme destacado anteriormente, agora deteremo-nos a estabelecer uma compreensão sobre essa vertente da Análise do Discurso sob o viés dos estudos e teorias desenvolvidos pelo filósofo e estudioso Michel Foucault, ao que na atualidade denomina-se de estudos discursivos foucaultianos.

Para tanto, a teoria foucaultiana pode ser compreendida em três momentos: a arqueologia, a genealogia do poder e a genealogia da ética. Em seu momento da arqueologia do saber, Foucault se concentra na análise das condições de possibilidade do conhecimento em determinados períodos históricos, buscando compreender como as práticas discursivas surgem, se transformam e desaparecem ao longo do tempo. Segundo Foucault (2008, p. 157), "a arqueologia não é uma metodologia; é uma descrição das práticas discursivas em seu próprio nível de existência, uma história da formação das condições de possibilidade das práticas discursivas." Essa abordagem destaca que a arqueologia não é apenas uma técnica metodológica, mas uma análise profunda das estruturas que sustentam as práticas discursivas em uma época específica.

No momento da genealogia do poder, por outro lado, se interessa pelas origens contingentes e não lineares das relações de poder. Ela visa revelar como formas específicas de poder emergem, se transformam e são exercidas ao longo do tempo. Foucault afirma que "A genealogia, como análise da proveniência está (...) no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo" (Foucault, 2008, p. 22). indicando que a genealogia não apenas busca explicar a continuidade histórica, mas também as rupturas e mudanças que moldam as práticas de poder.

Quanto a sua época da genealogia da ética, Foucault argumenta que a ética não é apenas uma questão de normas morais, mas também um conjunto de práticas que envolvem a constituição do sujeito. Ele afirma: "A ética é a prática pela qual o sujeito se constitui como tal" (Foucault, 1997, p. 269), destacando a ideia de que a ética é uma construção ativa, em que os sujeitos se moldam em resposta a diferentes formas de saber e de poder, em vez de serem apenas regulados por normas externas.

Esses três momentos expressivos da teoria foucaultiana, delineiam um percurso que, embora distinto, interage continuamente, permitindo uma

compreensão abrangente das complexas relações entre discurso, poder e subjetividade. Assim, surge o que os estudiosos da teoria foucaultiana denominam de a arqueogenealogia, que se trata da abordagem que combina os métodos da arqueologia e da genealogia em um esforço para mapear a evolução dos discursos e as práticas sociais ao longo do tempo. Essa junção busca compreender não apenas o que é dito em diferentes contextos, mas também as condições históricas e sociais que possibilitaram a emergência de determinadas verdades e saberes.

Nesse sentido, Veiga (2016, p. 56) elucida que:

Na arqueogenealogia foucaultiana o sujeito é, fundamentalmente, uma produção das práticas discursivas e de relações de saber-poder que o atravessam e o delimitam, ou seja, a arqueogenealogia é a junção dos três momentos foucaultianos evidenciando que o campo da verdade ou da subjetividade do sujeito, ou ainda último momento, inicia, perpassa e encerra todas as fases

A arqueogenealogia, portanto, representa a junção das três fases do pensamento de Foucault, arqueologia do saber, genealogia do poder e estética da existência e evidencia que a noção de verdade e subjetividade é permeada por questões de poder desde sua formação até sua manifestação. Nesse contexto, Veiga (2016) sugere que a teoria foucaultiana mostra como o campo da verdade não é algo isolado ou estático; ao contrário, ele se inicia, perpassa e encerra todas as fases da produção discursiva e subjetiva.

Seguindo esse viés, o discurso na concepção foucaultiana, é mais do que um simples conjunto de palavras ou proposições. Ele é um sistema de regras anônimas, históricas e contextuais, que definem as condições para que algo possa ser dito e reconhecido como verdadeiro em um dado tempo e espaço. Segundo Foucault (2008, p. 43):

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Essa definição enfatiza que o discurso não é apenas a língua em uso, mas também uma prática que regula como os enunciados são produzidos e como ganham significado. Ele atua como uma rede de relações que torna possíveis os

significantes, articulando sentidos em função das condições históricas e sociais estabelecidas.

As práticas discursivas são descritas como o elo entre os discursos e as práticas sociais. Elas relacionam a língua a outras práticas, funcionando como mecanismo que regula e produz sentidos em contextos específicos. Destaca-se ainda que essas práticas determinam não apenas o que pode ser dito, mas também como isso se relaciona com instituições e formas de comportamento em uma época. Por exemplo, no caso das instituições como escolas e igrejas, as práticas discursivas consolidam regras de controle que regulam comportamentos, punem ou recompensam, além de certificar a validade de conhecimentos e condutas esperadas.

Na perspectiva foucaultiana, essas práticas não podem ser reduzidas à estrutura linguística, pois, “[...] certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala” (Foucault, 2008, p. 56). As práticas discursivas, portanto, incluem tanto a produção e regulação dos discursos quanto sua aplicação em contextos sociais e políticos.

Seguindo esse viés, a Formação Discursiva (FD) é o sistema que organiza os enunciados em um discurso, garantindo sua coesão e sentido. Ela não se baseia em princípios rígidos de construção, mas em uma lei de coexistência, como afirma Foucault (2008, p. 135): “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo.” Isso implica que o discurso é formado por uma dispersão de enunciados que coexistem sob determinadas regras e relações. Essa formação determina o que pode ser dito e o que será reconhecido como válido em determinado contexto histórico e social. A formação discursiva também é apresentada como elemento central para compreender como os discursos se relacionam com o saber e com as instituições. Ela define os limites do dizível e organiza os enunciados como objetos de disputa em lutas políticas, indicando seu caráter dinâmico e histórico.

Comungando com a teoria foucaultiana acerca da compreensão da produção dos discursos, na subseção seguinte, discutiremos sobre as suas contribuições acerca da produção das relações de saber e poder na sociedade.

### 2.1.2 A tensa rede das relações entre os saberes e poderes

Seguindo esse viés, destacamos a partir de então outro ponto bastante expressivo da teoria foucaultiana, a relação entre saber e poder. Para tanto, Foucault (1979) defende que o poder não é centralizado em instituições ou sujeitos específicos, mas é disseminado através de "dispositivos de poder-saber". Estes dispositivos são redes complexas de relações de poder que se materializam através de práticas discursivas, instituições e tecnologias.

O saber, assim, está intrinsecamente relacionado ao poder, tendo em vista que "O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (Foucault, 2010, p.30). Fica evidente a inseparabilidade entre poder e saber. Foucault rompe com a visão tradicional que separa essas duas esferas, tratando o saber como neutro ou puramente informativo e o poder como algo exclusivamente repressivo. Para ele, poder e saber estão imbricados de maneira indissociável, formando o que ele denomina como "poder-saber".

Essa interdependência significa que o saber não é neutro: ele cria condições para que certas verdades sejam naturalizadas e outras sejam marginalizadas, instaurando relações de poder na sociedade. Por exemplo, o saber médico não apenas descreve, mas também normaliza os corpos; o saber jurídico, por sua vez, define e regula comportamentos.

Sabendo que o poder não está centralizado em uma estrutura única, mas se dispersa e opera de forma descentralizada através de práticas discursivas que moldam a realidade e impõem normas. O autor ainda argumenta que "o poder não age diretamente sobre os sujeitos, para subjugar-los, mas age sobre as possibilidades de ação dos sujeitos" (Foucault, 1979, p. 221). Isso implica que em contextos de comunicação contemporânea, apelos são frequentemente utilizados para moldar opiniões.

A análise do discurso deve, portanto, considerar como essas mobilizações são utilizadas para reforçar ou contestar discursos, explorando os efeitos dessas intersecções nas relações sociais e na produção de subjetividade. "O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (Foucault, 1996, p. 10). O poder de controlar o discurso é central para manter estruturas de

dominação. Aqueles que controlam o discurso de ódio definem as narrativas sociais e determinam quais vozes são ouvidas e quais são silenciadas. Esse controle é uma manifestação concreta do poder, em que certos grupos são sistematicamente desumanizados para manter hierarquias sociais.

Para tanto, destaca-se ainda a relação estabelecida no processo do exercício do poder nas relações sociais, em que evidencia-se uma das premissas foucaultianas de que onde há relação e/ou exercício do poder, há sempre a produção de um ponto de resistência (Foucault, 1979). Assim, a reflexão sobre o poder e resistência é essencial para entender as dinâmicas sociais. Quanto a isso Foucault afirma: “Devemos, antes, imaginar a multiplicidade dos pontos de resistência: esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede do poder.” (Foucault, 1980, p. 95). A resistência desafia esse poder e busca criar formas de expressão e representação. Este confronto contínuo é fundamental para a compreensão de como o poder e o discurso operam em sociedade.

Assim, tomando como base as questões sobre o racismo na sociedade contemporânea, objeto de análise desta pesquisa, pode-se perceber que a propagação de discursos de ódio são uma forma de exercer controle sobre os sujeitos pretos e pardos, mas em contrapartida esse exercício do poder também gera um movimento de resistência, ou seja, a luta contra as estruturas dominantes e a promoção de frentes antirracistas. Assim, os grupos tidos como minorizados (pretos e pardos), resistem ao discurso de ódio através de contra-narrativas e ações que buscam subverter as estruturas discursivas dominantes. Dessa forma, a resistência surge como uma resposta inevitável ao controle discursivo, evidenciando a natureza dinâmica do poder.

Seguindo esse pensamento, no subtópico a seguir abordaremos o conceito de vontades da verdade., e discutiremos sobre o modo como a verdade coloca os sujeitos em posição de perigo

### 2.1.3 A coragem de se dizer a verdade na sociedade hiperconectada

No que se refere ao estudo sobre as vontades de verdade, Foucault discute como essas práticas estão intrinsecamente ligadas às relações de poder que sustentam as estruturas sociais. Já que:

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (Foucault, 1980, p. 34).

Nessa perspectiva, a respeito das vontades de verdade, estas referem-se às maneiras pelas quais certos saberes são legitimados e considerados verdadeiros em uma sociedade, influenciando comportamentos e identidades. O processo de confissão é um exemplo claro dessas práticas, pois, ele não apenas produz um discurso de verdade sobre o sujeito, mas também condiciona o sujeito a um regime de poder que produz subjetividade. Assim, esse processo de dizer a verdade sobre si, se torna um mecanismo pelo qual o sujeito é inserido em um sistema de controle social.

Assim, o controle sobre os discursos podem ser utilizados como critérios que determinam o que é considerado verdadeiro e legítimo em um determinado contexto histórico Foucault (1976). Esses conceitos não apenas redefinem as noções tradicionais de verdade e subjetividade, mas também destacam como o conhecimento é inseparável das relações de poder que o constituem.

A noção de "regimes de veridicção" de Foucault (1980) é particularmente útil para entender como a verdade é construída socialmente e como isso impacta as práticas de controle e normatização dos sujeitos na sociedade. Em um mundo em que a desinformação é uma preocupação crescente, a análise do discurso torna-se uma ferramenta crucial para desconstruir discursos enganosos e questionar as verdades estabelecidas.

Dizer a verdade implica assumir uma responsabilidade ética que transcende o próprio enunciado. Não se trata apenas de um discurso sobre o que é verdadeiro ou falso, mas de um ato relacional em que quem fala se expõe ao outro, criando uma dinâmica de risco que pode afetar tanto o interlocutor quanto o próprio sujeito. Em um contexto de poder, a verdade tem o potencial de ferir, irritar ou provocar reações violentas, o que coloca a *parresia* em um território perigoso, onde a integridade física e social do sujeito está em jogo. Já que:

O sujeito ao dizer essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem dirige. Para que haja *parresia* é preciso que, dizendo a verdade, se abra, se instaure e se enfrente o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema

violência (Foucault, 2011, p. 12-13).

Conforme o exposto, Foucault sublinha que a parresía não coloca em risco apenas a relação entre quem fala e quem ouve, mas, no limite, coloca em risco a própria existência do sujeito que fala. Se o interlocutor detiver um poder significativo sobre aquele que profere a verdade, este pode ser punido ou silenciado, até mesmo violentamente. Esse risco, portanto, está diretamente ligado à dinâmica de poder que regula as relações sociais, revelando como a verdade não é neutra ou inofensiva, mas um ato de coragem que pode transformar ou destruir o sujeito que se lança em sua expressão.

Nesse contexto, é fundamental investigar como essas mobilizações discursivas se manifestam em questões raciais, uma vez que o discurso desempenha um papel crucial na construção e na perpetuação do racismo e na exclusão de grupos marginalizados. O fenômeno do discurso de ódio, por exemplo, revela-se como uma expressão alarmante dessas dinâmicas, permeando o tecido social moderno e reforçando hierarquias raciais. A compreensão desse fenômeno nos permite analisar criticamente as práticas discursivas que sustentam a discriminação e a exclusão, oferecendo uma visão mais clara das relações de poder e a verdade que moldam as sociedades contemporâneas, a isso discutiremos mais profundamente no tópico subsequente.

## **2.2 Preconceito racial: discurso de ódio no tecido social moderno**

Historicamente, a questão que envolve o preconceito racial é uma das mais complexas a serem debatidas na sociedade contemporânea, tendo em vista que o racismo está profundamente enraizado em estruturas de poder que perpetuam a desigualdade. O racismo se manifesta de diversas formas, incluindo discriminação racial, racismo, preconceito, estigmatização e exclusão, impactando negativamente na vida da população, especialmente a dos sujeitos pretos e pardos. Isso reflete não apenas nas condições econômicas e sociais, mas também na representação midiática e cultural desses sujeitos.

Para compreender melhor as raízes do racismo, é fundamental considerar suas manifestações ao longo da história. Westin (2020) aponta que desde os primórdios da colonização europeia, o racismo começou a se manifestar através do

estabelecimento de hierarquias baseadas na ideia de superioridade racial.

Na atual conjuntura, o racismo se manifesta em diversas esferas, como no sistema judiciário, na educação, na saúde e no mercado de trabalho. Conforme o entendimento sobre o conceito de interseccionalidade, que considera o modo como as diferentes formas de discriminação se sobrepõe, contribuem para o entendimento sobre como a raça, o gênero, classe social e outros aspectos da construção identitária dos sujeitos se entrelaçam e afetam a sua experiência no plano social.

Nesse contexto, surge o discurso de ódio que se origina do racismo, que na visão de Young (2021), o discurso de ódio é definido como algo que visa atacar ou incitar ódio contra determinado grupo de sujeitos com base em características como raça, nacionalidade, religião, gênero, orientação sexual, ou qualquer outra característica que seja arbitrariamente considerada moralmente distinta.

Assim, os discursos de ódio (*hate speech*) têm encontrado novos espaços de propagação e amplificação, muitas vezes, de forma anônima e impune. Isso cria um ambiente em que a desinformação e a intolerância podem se espalhar rapidamente, exacerbando conflitos sociais e aumentando a polarização. Esse tipo de discurso não se limita apenas à expressão individual, mas pode também ser disseminado por meio das mídias sociais, plataformas *online*, políticas públicas ou discursos de lideranças. O discurso de ódio atrelado aos sujeitos pretos e pardos não só perpetua estereótipos negativos, mas também reforça estruturas de poder desiguais e contribui diretamente para a marginalização e exclusão desses sujeitos na sociedade.

Ao traçar um paralelo entre a propagação de discursos de ódio que circulam nas mídias e a teoria foucaultiana sobre o exercício do poder, Foucault (1996) argumenta que o discurso é uma prática que não só reflete o poder, mas também o exerce. Assim o discurso de ódio é uma forma de exercer poder sobre grupos marginalizados, reforçando hierarquias sociais e controlando comportamentos.

Em contrapartida, a resistência a essas dinâmicas de poder se manifesta por meio da atividade dos movimentos sociais, que ao utilizar as plataformas digitais em prol do discursos que combatem a segregação racial, atuam como agentes transformadores no processo de inclusão e empoderamento de todo um povo. Assim, as redes sociais se tornaram um espaço crucial para a construção de subjetividade e para a organização de protestos e campanhas que visam combater o racismo e a discriminação. Dessa maneira, a utilização de artifícios tecnológicos

permite que vozes antes silenciadas encontrem um espaço para se expressar, desafiando as estruturas dominantes na tentativa de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

A luta contra o discurso de ódio e a desinformação exige, portanto, uma abordagem multifacetada que inclua educação, ativismo e políticas públicas. A educação crítica é essencial para capacitar indivíduos a reconhecer e resistir a discursos prejudiciais. Programas educacionais que promovam a diversidade e ensinem sobre a história do racismo e suas consequências sociais podem ajudar a criar uma geração mais consciente e empática. Além disso, o ativismo nas ruas ou nas redes sociais, desempenha um papel crucial no processo de tomada de decisões contra o discurso de ódio, por parte das instituições de direito.

As políticas públicas também devem ser reformuladas para abordar as questões do racismo estrutural e do discurso de ódio. Isso inclui regulamentações mais rigorosas sobre a disseminação de conteúdos discriminatórios nas mídias digitais, bem como na promoção de iniciativas que visem a equidade racial em todos os níveis da sociedade. Um exemplo importante disso foi a criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que estabelece a reserva de vagas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas em universidades federais e institutos federais, buscando corrigir as desigualdades históricas no acesso ao ensino superior. Além disso, a (Lei nº 7.716/1989), que tipifica os crimes resultantes de discriminação racial, é um marco importante na luta contra o racismo, oferecendo uma base legal para combater práticas discriminatórias e promover a justiça. O apoio a programas que incentivem a diversidade na mídia e que responsabilizem veículos por suas representações pode ajudar a reverter discursos prejudiciais e a construir uma sociedade mais justa. É importante reconhecer que a luta contra o racismo e a discriminação é uma responsabilidade coletiva.

Todos têm um papel a desempenhar na promoção de um diálogo construtivo e no combate aos discursos que perpetuam a exclusão. A construção de uma sociedade mais igualitária não é apenas uma questão de políticas públicas ou de resistência individual, mas também de um compromisso coletivo com a empatia e o respeito à diversidade. A transformação social requer um esforço contínuo e colaborativo para desafiar as estruturas de poder existentes e promover uma representação justa e equitativa para todos os grupos.

A luta contra o racismo e o discurso de ódio é uma jornada contínua que

requer vigilância constante e um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. À medida que novas formas de discriminação emergem, é vital que as estratégias de resistência e educação se adaptem e evoluam. Um compromisso duradouro com a inclusão e a equidade deve ser mantido, não apenas em tempos de crise, mas como parte de um objetivo mais amplo de justiça social. Como afirma Almeida (2017, p. 33) "A luta contra o racismo e todas as formas de discriminação é uma luta de todos os dias, que exige de cada um de nós não apenas uma tomada de posição, mas um compromisso com a transformação social". Isso reflete a urgência e a importância de uma ação coletiva para enfrentar as desigualdades presentes na sociedade.

Além dos esforços educacionais e das ações de ativismo, é crucial que a mídia também assuma um papel mais responsável na construção de discursos sobre raça e identidade. Para tanto, na seção a seguir, discutiremos sobre o papel do dispositivo midiático enquanto ferramenta de transmissão da informação em combate aos crimes de ódio na sociedade.

### **2.3 O *Webjournal* como porta-voz da informação na era tecnológica**

A importância da comunicação humana desde os primórdios está profundamente enraizada no desenvolvimento das sociedades e no progresso da civilização. Milanesi (2002) destaca como os primeiros seres humanos utilizaram de recursos naturais como pedra, barro, areia e árvores para registrar informações, impulsionados pela necessidade de sobrevivência e pela transmissão de herança cultural. Esses registros não apenas testemunharam a existência humana, mas também foram fundamentais para a preservação e transmissão do conhecimento ao longo dos séculos.

Um marco significativo em direção à sociedade da informação foi a transição da comunicação oral para a escrita. A escrita se tornou um pilar na história da comunicação social, permitindo não apenas a transmissão mais segura da história, mas também a capacidade de realizar registros detalhados. Foi através da escrita que a humanidade deu um salto qualitativo na capacidade de disseminar informações de maneira ampla e acessível.

Fiorin (2015, p. 15) afirma

A comunicação é essencial para a existência humana, pois é através dela que os indivíduos constroem e compartilham significados, organizam suas relações sociais e transmitem o conhecimento, permitindo que a sociedade se mantenha coesa e se desenvolva.

De acordo com o exposto, a comunicação é o principal alicerce sobre o qual se constroem sociedades. A capacidade de trocar informações, expressar sentimentos e transmitir conhecimentos não apenas facilita a convivência, mas também promove a coesão social. Através da linguagem, os indivíduos estabelecem laços, constroem identidades e moldam as histórias que definem sua cultura e seu lugar no mundo.

Além disso, a comunicação é uma prática que se transforma continuamente. Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, as formas de interação humana se expandiram significativamente. As plataformas digitais, como redes sociais, amplificam essa dinâmica, permitindo que as vozes de diversas comunidades sejam ouvidas. Esse fenômeno tem implicações diretas na formação da opinião pública e no modo como as verdades são construídas e legitimadas.

Outra dimensão importante é a relação entre discurso e tecnologia. O advento das mídias digitais alterou drasticamente a forma como os discursos são produzidos e consumidos. As plataformas sociais oferecem novas possibilidades para a expressão de vozes antes marginalizadas, mas também criam novos desafios em relação à disseminação de desinformação e à polarização social. Segundo a ideia de poder para Foucault (1977), pode ser entendido que o poder é um conjunto de ações sobre ações, o que implica que a análise do discurso contemporânea deve estar atenta às novas formas de interação e comunicação que emergem nessas plataformas, investigando como essas dinâmicas afetam produção das subjetividades e a distribuição do poder.

A partir do advento da *Internet*, os modelos tradicionais de comunicação, a exemplo dos jornais impressos, precisaram se adaptar a esse novo sistema. Assim, surgem os *Webjornais*, ou seja, os jornais disponíveis no ambiente virtual. Canavilhas (2001) aponta que, o termo mais apropriado para o jornalismo realizado exclusivamente para a internet seria o webjornalismo. Que teria seu conceito intimamente ligado ao seu respectivo suporte técnico, por isso que chamamos de telejornalismo, o desenvolvido para a televisão; de radiojornalismo, o desenvolvido para o rádio; e jornalismo impresso ao que é feito pelos jornais de papel.

Além dessa relação com o suporte técnico, o webjornalismo, também “refere-se a uma parte específica da internet, que disponibiliza interfaces gráficas de uma forma bastante amigável” (Machado e Palacios, 2003, p. 43). Os *webjornais* fornecem notícias em tempo real, atualizações contínuas sobre eventos em todo o mundo e uma ampla gama de perspectivas sobre questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Isso os torna essenciais na disseminação de informações e na educação do público sobre eventos significativos e desenvolvimentos importantes.

Nesse contexto, os meios de comunicação digital, como é o caso dos *webjornais*, desempenham um papel crucial na informação e na formação da visão pública na era digital. Com a ascensão da *Internet* e das plataformas digitais, os jornais *online* tornaram-se uma fonte primária de notícias e informações para um público globalmente conectado e diversificado.

Os *Webjornais*, como plataformas digitais, podem ser entendidos como dispositivos que assim como Deleuze (1996) articula um dispositivo é um conjunto multilinear, composto de linhas de distintas naturezas, as quais percorrem esse dispositivo em todos os sentidos, delineando processos diversos, os quais se encontram em permanente desequilíbrio. Deleuze afirma que "cada dispositivo tem o seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe" (Deleuze, 1996, p. 84). Portanto, um dispositivo pode ser concebido como uma máquina óptica construída em condições históricas específicas, a qual estabelece áreas de visibilidade e de invisibilidade e engendra, simultaneamente, um sujeito que vê e um objeto a ser visto, que participam dessa disseminação do poder, uma vez que são espaços de produção e circulação de discursos.

Nessa perspectiva, os *Webjornais*, enquanto ferramentas do dispositivo midiático não só transmitem informações, mas também participam no processo da construção de verdades, na medida em que selecionam, filtram e estruturam discursos sobre os acontecimentos. Por meio da contínua atualização de notícias, da interatividade com os leitores e da incorporação de elementos multimídia, os *Webjornais* se tornam ferramentas importantes na modulação dos discursos, reforçando ou questionando normas sociais e estruturas de poder.

Assim, a relação entre poder e *Webjornais* pode ser observada, por exemplo, na maneira como eles moldam a percepção pública sobre determinados grupos ou

acontecimentos, legitimando certas vozes e silenciando outras. No ambiente digital, o poder é exercido através da visibilidade e da forma como as notícias são enquadradas, destacando ou invisibilizando discursos.

Nesse contexto, a propagação de discursos que circulam nos veículos comunicativos, a exemplo dos *Webjornais*, sobre os casos de reprovação de sujeitos pretos e pardos, objeto de discussão da presente pesquisa, exemplificam como os estereótipos raciais estão profundamente enraizados nas estruturas sociais. Assim, o processo de difusão das informações podem tanto alertar as percepções dos sujeitos, quanto podem instigar a promoção do debate sobre as pautas raciais. Dessa maneira, a construção das opiniões sobre determinados grupos sociais, pode ser profundamente moldada pelo conteúdo apresentado, que pode reforçar preconceitos existentes ou desafiá-los em um ato de resistência.

Na sequência, no capítulo 3, evidenciaremos o gesto analítico acerca dos discursos sobre a recusa/reprovação dos sujeitos pretos e pardos no processo de avaliação de bancas de heteroidentificação como requisito para o ingresso a instituições do ensino superior, discursivizadas em *Webjornais*.

### **3 PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: OS DISCURSOS QUE REGULAM O CORPO NEGRO NO PROCESSO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO**

O presente capítulo será destinado a análise das materialidades discursivas, retiradas de matérias jornalísticas sobre as reprovações/recusas de sujeitos pretos e pardos em bancas de heteroidentificação discursivizadas no *Webjornal* G1. Para tanto, discutiremos sobre a formação dos discursos estereotipados contra os sujeitos que se enquadram em vagas destinadas ao PPI (pretos, pardos e indígenas), com enfoque nos pretos e pardos no processo de heteroidentificação para ingresso em universidades. Assim, partindo desse gesto analítico, discutiremos sobre o modo como esses sujeitos eram/são tratados na sociedade, retomando desde o passado até a história do presente.

Discutiremos ainda, sobre os processos criados para auxiliar os sujeitos pretos e pardos no ingresso em instituições do ensino superior, além de evidenciar como o processo de heteroidentificação criado/idealizado como uma ferramenta que auxilia no processo de reparação histórica, em alguns casos (não tão isolados assim) fazem com que os estereótipos e os preconceitos raciais sejam perpetuados e reforçados.

Para tanto, no primeiro momento que precede a análise, no tópico 3.1 intitulado de “As relações de saber e poder: a régua que mede quem é negro o suficiente”, iniciaremos o gesto analítico discutindo sobre o modo como as relações de saber e poder na sociedade são responsáveis por definir o quão negro é preciso ser para ser aprovado no processo de seleção das bancas de heteroidentificação, mostrando como elas se baseiam em características específicas exigidas, para que assim, se possa definir se os sujeitos realmente pertencem ao grupo étnico a que dizem pertencer. Em seguida, no tópico 3.2 sob o título de “Dizer a verdade na era da tecnologia da informação”, em que analisaremos os discursos que evidenciam como os sujeitos são julgados e reprovados por questões de preconceito racial, assim, ferindo para com os seus direitos enquanto cidadãos, além de mostrar também a instabilidade nos critérios para a aprovação. Por fim, o tópico 3.3 “A lei de cotas como processo de reparação histórica”, em que tomaremos como base os índices que apontam, a percepção pública acerca da implementação da lei de cotas, além de evidenciar como a criação desta atua como processo de reparação histórica da memória escravocrata.

### 3.1 As relações de saber e poder: a régua que mede quem é negro o suficiente

Na presente seção, discutiremos sobre as interrelações entre os saberes e poderes, evidenciando como o exercício do poder estabelece as normas e regras na sociedade, para que assim possamos entender como ocorre o processo de definição de quais características étnicas/raciais são consideradas adequadas para a aprovação em bancas de heteroidentificação. Dessa forma, mostrando como o sujeito negro é subjugado pela memória histórica e escravocrata, enquanto os sujeitos brancos mantém a sua posição de privilégio na sociedade contemporânea.

Para tanto, podemos reafirmar que o poder em si não se trata apenas de uma força repressiva, mas também produtiva, moldando discursos e práticas que se tornam visíveis no processo de estabelecimento das regras sociais e instituições. Assim, o exercício do poder presente nos processos de bancas de heteroidentificação, são um exemplo de como o saber estabelece critérios que são aceitos socialmente, responsável por legitimar ou deslegitimar a identidade étnica/racial dos sujeitos.

Vejamos a seguir uma matéria jornalística discursivizada no *Webjornal G1*, sobre a reprovação de um sujeito autodeclarado pardo no processo de heteroidentificação:

#### Figura 1: Branco demais para o PPI



<sup>2</sup> Acesso a matéria completa sobre a reprovação de Alison dos Santos no *site* do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/01/jovem-que-perdeu-vaga-de-medicina-na-usp-por-nao-ser-considerado-pardo-entra-na-justica-para-tentar-reverter-decisao.ghtml>. Acesso em: 30 Jun 2024.

No dia 01 de março de 2024, o portal de notícias da globo, o *Webjornal G1*, publicou a reportagem em destaque, que intitulamos de “Branco demais para o PPI”, que diz respeito a reprovação de um sujeito pardo no processo de heteroidentificação da USP (Universidade de São Paulo). No episódio relatado, o jovem Alisson dos Santos Rodrigues perdeu sua vaga para o ingresso no curso de medicina na USP, pois, segundo a banca, não possuía as características necessárias de um sujeito pardo.

Esse caso revela como os critérios de identificação racial nas bancas de heteroidentificação podem ser altamente problemáticos, evidenciando o papel de certos traços físicos como determinantes da "autenticidade" racial. A arbitrariedade desses critérios reflete uma construção social e histórica da raça, que não leva em consideração a complexidade da identidade racial. Conforme Foucault (1979) argumenta, os processos de categorização e identificação estão diretamente ligados às relações de poder, que moldam e regulam os discursos sobre a verdade. A concepção de "autenticidade" racial, nesse contexto, não é neutra, mas sim permeada por um conjunto de normas e estigmas impostos pelas bancas de heteroidentificação, que, ao definirem o que é considerado "pardo" ou "preto", exercem poder sobre os corpos e as identidades dos sujeitos.

O estudante, cuja vaga foi recusada, ilustra a complexidade e a arbitrariedade desse processo. Pode-se observar então a fragilidade nos critérios de avaliação com base no discurso na figura 1 que diz: “Alison dos Santos Rodrigues conseguiu a vaga via Provão Paulista, mas a banca de heteroidentificação da Universidade de São Paulo não o considerou pardo”. Assim como evidenciado na matéria do *Webjornal G1*, ele foi desclassificado com base em uma avaliação que considerou suas características físicas incompatíveis com os traços de um sujeito pardo, segundo os padrões da banca. Isso levanta a questão sobre quais características definem uma pessoa como preta ou parda? Essa categorização não é apenas uma questão de observação física, mas também um reflexo das normas e estruturas de poder que sustentam o preconceito racial.

Conforme aponta (Almeida, 2019, p. 25), “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Essas normas são fundadas em um sistema de segregação racial que é amplificado por essas práticas de heteroidentificação, resultando em uma marginalização e

deslegitimação das identidades racializadas que não se conformam com os estereótipos impostos. Vejamos a seguir os critérios para a aprovação nas bancas de heteroidentificação da USP:

Segundo os critérios da USP, a análise não é feita com base na ascendência do candidato, mas pelo seu fenótipo (características físicas). O Supremo Tribunal Federal (STF), em 2017, definiu que os aspectos de pretos e pardos a serem considerados pelas bancas em concursos e processos seletivos são: Textura do cabelo (crespo ou ondulado); Nariz largo; Cor da pele (parda ou preta); Lábios grossos e amarronzados (Istoé Dinheiro, 2024)<sup>3</sup>.

Esse enfoque é problemático sob várias perspectivas. Em primeiro lugar, a ênfase exclusiva nos traços fenotípicos pode levar a uma simplificação da identidade racial, reduzindo-a a um conjunto de características físicas que ignoram a complexidade e subjetividade de ser preto ou pardo em uma sociedade marcada por racismo estrutural. Como Silva (2005) argumenta, a subjetividade envolve um modo de ser que não se restringe ao visível, mas abrange uma construção única moldada por forças históricas e culturais. A exclusão da ascendência desconsidera contextos culturais e familiares que também influenciam a identidade racial e suas vivências sociais.

Deve-se destacar ainda outro fator, a fragilidade no processo de avaliação, tendo em vista que conforme dito na materialidade discursiva, os “Alunos que fizeram o Provão passaram por bancas realizadas virtualmente, ou seja, não foram chamados para entrevistas presenciais”. Esse tipo de avaliação também pode reforçar o ciclo de exclusão e estigmatização, uma vez que reduz a identidade racial a um conjunto de "marcas visíveis", ignorando a diversidade e complexidade da vivência negra no Brasil. Em vez de combater o racismo, essa prática arrisca reproduzi-lo, ao reforçar estereótipos que definem de forma estreita quem pode ou não ser considerado preto ou pardo.

Esses mecanismos de poder fazem com que a identidade do sujeito negro se mantenha como uma memória de opressão, enquanto a branquitude permanece associada a uma posição de domínio/opressor. Nesse sentido, o conceito de "memória" coletiva e histórica se aplica, a sociedade preserva uma memória institucionalizada da opressão, que continua sendo reativada para o sujeito negro

---

<sup>3</sup> Justiça manda USP matricular outro aluno barrado em comissão de heteroidentificação. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/justica-manda-usp-matricular-outro-aluno-barrado-em-comissao-de-heteroidentificacao/>. Acesso em: 02 nov 2024.

por meio de práticas discursivas e institucionais que perpetuam o estigma racial. Por outro lado, o sujeito branco, amparado por uma estrutura de poder que o posiciona como "neutro" ou "universal", ocupa a posição de beneficiário de um sistema que o privilegia estruturalmente, mantendo assim sua posição de opressor, embora de forma indireta, sem necessidade de uma ação explícita.

Para compreender melhor essa posição de opressão, é importante compreender o papel que aspectos específicos da identidade social desempenham no reforço dos estereótipos raciais e na construção de barreiras contra o racismo.

Na sequência destacamos outro caso de recusa de um sujeito preto a partir do processo de avaliação da banca de heteroidentificação. Vejamos:

### Figura 2: Um áudio vale mais que mil imagens

RIO DE JANEIRO

## Estudante negro aprovado entre cotistas tem matrícula rejeitada após UFF alegar falta de áudio em vídeo para comprovar raça

Juiz considerou 'excessivamente rigoroso e desprovido de razoabilidade' o argumento da universidade e concedeu liminar para matricular Allan Pinto Ignácio, de 22 anos, aprovado em 3º lugar entre cotistas de jornalismo. Comissão da Alerj descobriu mais de 30 casos parecidos.

Por Raoni Alves, g1 Rio  
26/04/2024 05h38 - Atualizado há 6 meses

[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)<sup>4</sup>

A matéria discursivizada no *Webjornal* G1 em 26 de abril de 2024, destaca no enunciado da manchete que “Estudante negro aprovado entre cotistas tem matrícula rejeitada após UFF alegar falta de áudio em vídeo para comprovar raça”. O caso relatado nesta materialidade se assemelha com o episódio da figura, tendo em vista que nas duas situações o processo de avaliação ocorreu na modalidade *online*, acentuando a dificuldade na precisão do processo de avaliação das bancas de heteroidentificação. No caso da Figura 2, a que intitulamos de “Um áudio vale mais que mil imagens”, destaca-se o fato de que a banca de heteroidentificação recusou

<sup>4</sup> Acesso a matéria completa sobre a reprovação de Allan Pinto Ignácio no *site* do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/26/estudante-negro-aprovado-entre-cotistas-tem-matricula-rejeitada-apos-uff-alegar-falta-de-audio-em-video-para-comprovar-raca.ghtml>. Acesso em: 10 nov 2024.

um jovem preto, sob a justificativa da ausência de áudio no vídeo enviado para o processo de avaliação, impossibilitando assim, a identificação de sua raça.

A UFF rejeitou a matrícula de Allan sob a alegação de que o vídeo enviado para comprovar sua raça estava sem áudio, o que, na prática, implicaria que a universidade não teria os elementos necessários para validar sua autodeclaração. No entanto, o juiz responsável pelo caso considerou essa exigência "excessivamente rigorosa e desprovida de razoabilidade", uma vez que o fenótipo do estudante, visível no vídeo, já comprovava sua identidade racial como negro, sem margem para dúvidas. Este episódio traz à tona um debate sobre a aplicabilidade das regras de verificação de identidade racial em processos seletivos de cotas, especialmente quando se recorre a critérios que podem parecer desnecessários ou até discriminatórios, como o uso de vídeos com áudio.

O juiz argumenta que o vídeo serve como ferramenta visual para confirmar a autodeclaração racial, e não deveria ser uma barreira para a matrícula, uma vez que o critério fenotípico (a aparência visível de Allan como negro) já estava claro. Além disso, o caso destaca uma prática recorrente em processos de verificação de identidade racial, como a criação de vídeos ou declarações que podem ser revistas por comissões de heteroidentificação.

Este discurso evidencia como as disposições legais e administrativas podem ser utilizadas como ferramentas para a discriminação racial e ilustra os processos que levam à privação dos direitos desses sujeitos. Pode-se perceber também, que para que se haja a promoção de uma justiça racial através da implementação das cotas, existe uma linha tênue entre os critérios de análise dos traços fenótipos que tanto podem exercer o seu papel na filtragem daqueles que se enquadram nas características requeridas, quanto podem também estar reproduzindo critérios racistas que subjagam esses sujeitos.

Ao longo da história, as potências coloniais e pós-coloniais confiaram nas condições físicas para estabilizar e consolidar a lógica da hierarquia racial, que liga "branquitude" a bons valores como inteligência, beleza e civilização, mas a "negritude" envolve o mal. Segundo Fanon (2008, p. 105):

Eu já não me divertia mais. Não descobria as coordenadas febris do mundo. Eu existia em triplo: ocupava determinado lugar. Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negridão, minhas características étnicas.

O autor ilustra como a identidade racial não é algo que emerge de maneira natural ou fácil, mas sim um processo complexo e por vezes doloroso. A referência ao "olhar objetivo" e à descoberta da "negritude" indica que, ao se perceber racializado, o sujeito se distancia de uma identidade neutra ou universal para abraçar uma identidade que está marcada por uma história específica, frequentemente associada a opressões e exclusões.

o processo de formação da identidade racial é crucial para o surgimento de uma visão distorcida e degradada da negritude, e das características do corpo negro que se tornam "símbolos do pequeno". Para elaborar, estas restrições são integradas e comparadas, criando assim uma hierarquia social na qual certas características físicas são identificadas como indicadores de identidade étnica e estatuto social. Este processo estende-se para além dos discursos coloniais e chega aos discursos pós-coloniais que mantêm hierarquias raciais em termos do que é visível e "conhecido".

Na contemporaneidade, certas características físicas continuam a ser tratadas como critérios "naturais" de identidade racial. Os processos de heteroidentificação, em que observadores externos decidem se uma pessoa pertence a um grupo racial específico com base em traços físicos, exemplificam como o poder ainda opera através de uma lógica visual. O "olhar" do avaliador, que se posiciona como uma espécie de juiz, aplica uma norma racista que define quem pode ou não se identificar como negro. Esse olhar normativo desumaniza o sujeito, reduzindo-o a sua aparência e ignorando o contexto cultural e pessoal que compõe sua identidade.

Ao desconsiderar nuances culturais, históricas e até mesmo as autodeclarações, a sociedade reforça um ciclo de desumanização, em que as identidades raciais deixam de ser um espaço de empoderamento e passam a ser vistas como algo imposto, uma categoria imutável e definitiva. A visão de que certas características físicas são "suficientes" para definir a negritude ou a branquitude perpetua estereótipos limitadores e essencialistas. Silva (2005) contribui para essa discussão ao afirmar que o modo de subjetivação deve ser entendido como a construção de uma maneira particular de ser, em que a subjetividade se desenvolve como uma expressão única, na qual as forças formadas pela história se entrelaçam com uma orientação específica, criando significados que podem ser tanto coletivos quanto individuais.

Assim, a questão da "especificação" de características físicas, nas relações entre saber e poder, pode ser compreendida pela maneira como a sociedade determina quais traços visíveis se tornam sinais de identidade racial, estabelecendo parâmetros rígidos que ignoram a diversidade e complexidade das características humanas. Nos processos de identificação racial, especialmente nas bancas de heteroidentificação, observa-se uma tendência de selecionar certos aspectos físicos como definitivos e normativos para definir a etnia de um indivíduo. Esse processo seletivo de características constitui, em si, uma operação de poder.

Essas regras não escritas sobre "parecer negro" ou "parecer branco" não surgem ao acaso; elas são parte de um legado histórico em que o poder colonial e, posteriormente, o poder estatal, foram exercidos sobre os corpos, delimitando as diferenças visuais para justificar desigualdades.

Essa ação de julgamento e reprovação fundamentada em estereótipos raciais ilustra o que Michel Foucault (1979) caracteriza como um exercício de poder que transcende a força física, atuando por meio de mecanismos discretos de controle e monitoramento. Tendo em vista que "o poder está presente em todos os locais; não por abranger tudo, mas porque origina-se de muitos lugares" (Foucault, 1979, p. 182), indicando que o poder não é uma entidade centralizada, mas que encontra-se permeado nas relações sociais.

Ao reconhecer e categorizar os sujeitos segundo estereótipos, essas situações de avaliação racialmente inclinada funcionam como instrumentos de controle que legitimam e fortalecem normas de exclusão. Segundo Foucault (1979), esses processos produzem "sujeitos dóceis" e submissos por meio de normas explícitas e implícitas que determinam quem pode ser plenamente reconhecido como sujeito preto ou pardo.

A seguir, no próximo subtópico discutiremos sobre os discursos de verdade produzidos por sujeitos que foram avaliados nas bancas de heteroidentificação e obtiveram a recusa/reprovação mesmo apresentando características que em teoria obteriam a aprovação. Veremos como a avaliação e rejeição de sujeitos com base em preconceitos raciais ecoa uma prática que viola profundamente os direitos humanos mais básicos e a dignidade desses indivíduos como membros da sociedade.

### 3.2 Dizer a verdade na era da tecnologia da informação

Em um contexto em que estruturas sociais e institucionalizadas reforçam estereótipos raciais, os grupos discriminados são posicionados à margem da sociedade e sua alteridade é invalidada. Tal avaliação, que é justificada dentro do contexto de uma estrutura racialmente opressiva, não diz respeito apenas ao sujeito, mas agrava disparidades e inequidades socioinstitucionais ao negar a esses sujeitos oportunidades justas e, assim, os coloca em uma posição de sub-cidadania.

Nesse cenário, a seguir destacamos o relato de um sujeito que foi rejeitado em uma banca de heteroidentificação, evidenciando como os discursos dotados de descriminação racial afetam diretamente os sujeitos. Vejamos:

#### **Figura 3: Racismo velado na sociedade**

**"Além disso, minhas vivências são de uma mulher negra, a qual teve sua pele, seu cabelo e sua capacidade questionadas por causa de suas características. Neguei me esconder, alisar meu cabelo e concordar com a sexualização precoce por que passei. O racismo nas ruas, e até mesmo na escola, são velados, mas cravam o peito de quem o sofre", diz a estudante, que hoje cursa medicina na UnB.**

[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)<sup>5</sup>

Em Maio de 2024 foi publicado no *webjornal G1* o relato destacado na figura 3, que intitulamos de “Racismo velado na sociedade”, que diz respeito a uma jovem autodeclarada parda, que teve a racialidade negada pela banca examinadora.

A matéria em questão aborda uma experiência marcante de racismo e a contestação do processo de heteroidentificação, que é central para a análise de questões relacionadas à construção de identidade racial e ao racismo estrutural. A partir da justificativa da banca de heteroidentificação, que afirmou que Ana Karolina tinha "pele clara, cabelo liso e traços finos", podemos perceber uma clara reiteração de um padrão estético eurocêntrico que tenta deslegitimar a identidade racial da estudante, minimizando suas características físicas associadas à negritude, como

<sup>5</sup>Relato de Jovem reprovada no processo de heteroidentificação. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/05/09/candidatos-autodeclarados-negros-sao-reprovados-em-cotas-racial-de-concursos-no-df.ghtml>. Acesso em: 5 de Novembro de 2024.

pele escura, cabelos cacheados, e traços específicos, como nariz achatado e lábios cheios.

O discurso de verdade reflete uma resistência significativa a esse processo de "classificação" que visa determinar o que é "legítimo" para o acesso às cotas raciais. Ao destacar as características físicas que afirmam sua identidade negra, ela também traz à tona um ponto crucial: o reconhecimento das vivências pessoais de racismo, que são muitas vezes invisibilizadas ou desconsideradas nas bancas de heteroidentificação. O racismo que vivencia no cotidiano, desde a infância até a universidade, é um elemento importante que questiona a precisão e a eficácia desses processos, uma vez que são baseados em critérios físicos muitas vezes desconectados da experiência subjetiva dos sujeitos.

Além disso, no discurso da materialidade destacada, percebe-se a negação inicial atrelada ao processo de crise de identidade e suas implicações emocionais e psicológicas, oriundas da discriminação sofrida. A crise de identidade não é apenas resultado de uma situação específica, mas sim de um sistema mais abrangente de negação de identidade e de negação de um pertencimento legítimo à identidade negra. Este caso evidencia que a identidade racial é uma questão complexa que não pode ser simplificada apenas pela aparência física, principalmente ao lidar com o racismo sistêmico, que supera a identificação visual e está presente nas normas sociais e institucionais.

A partir do discurso de verdade produzido pelo sujeito, pode-se perceber o impacto psicológico e emocional causado pelo julgamento excludente das bancas de heteroidentificação, reforçando o que Foucault (1979) define como o exercício difuso de poder que categoriza e hierarquiza os sujeitos. Esse dilema revela o poder das instituições de determinar quem "pode" ou "não pode" pertencer à etnia da população negra, criando um cenário em que os direitos do sujeito são contestados e deslegitimados. Dessa forma, o uso do poder que recusa sujeitos no processo de heteroidentificação, que vão de encontro com o discurso dos sujeitos é o que podemos classificar como um jogo entre o poder e a verdade. Tendo em vista que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos (Foucault, 1979, p. 12).

Conforme exposto, a “verdade” não é algo absoluto ou universal, mas sim uma construção que está intrinsecamente relacionada às estruturas de poder presentes nas práticas discursivas de cada sociedade. Ao dizer que a verdade pertence a este mundo, Foucault ressalta que ela é contingente, ou seja, surge em contextos sociais específicos ao longo das eras históricas. Ela é moldada através de diversos mecanismos coercitivos, sistemas de controle rígidos que determinam o que pode ser considerado verdadeiro ou falso em cada comunidade.

Foucault (1979), introduz o conceito de “a coragem da verdade”, que descreve o conjunto de práticas sociais adotadas por uma sociedade para validar ou questionar declarações específicas. Essas normas em torno da verdade influenciam diretamente os discursos permitidos pela sociedade e as autoridades reconhecidas para expressar opiniões como também determinam as instituições responsáveis por categorizar informações como verdadeiras ou falsas envolvendo áreas como ciência judiciária ou meios de comunicação. Esse método desafia a ideia de uma verdade imparcial e sugere que aquilo que consideramos verdade é constantemente influenciado por interesses de poder; os sistemas de verdades agem como estruturas que orientam comportamentos e legitimam ações e também impactam a vida em sociedade.

Estabelecendo assim padrões e normas como verdades que regulam a vida dos sujeitos e determinam a aceitação ou exclusão de suas identidades. “Neguei me esconder, alisar meu cabelo e concordar com a sexualização precoce por que passei” ao “negar-se a esconder” simboliza a decisão de não ceder ao desejo de invisibilidade que muitas vezes é imposto aos corpos negros, especialmente mulheres. Esse processo de “esconder-se” pode ser interpretado como a tentativa de se adequar a um ideal de branquitude, que se reflete na pressão para alisar os cabelos ou para se moldar a uma estética que nega a beleza e as especificidades da negritude. Ao se negar a esse processo, o sujeito não só afirma sua identidade, mas também resiste a um sistema que historicamente tem buscado marginalizar as características negras.

Esse processo cria um sujeito vulnerável, afetado em sua dignidade e em seu direito ao pertencimento racial e social, transformando um direito legítimo em um fardo emocional. O discurso de verdade dito pelo sujeito, evidencia como o poder da banca não apenas rejeita o direito à cota, mas também impacta profundamente a

subjetividade do sujeito, levando-o a questionar e reinterpretar sua própria identidade racial.

Na sequência, destacamos outro recorte sobre o discurso de verdade produzido por esse mesmo sujeito, agora evidenciando os estereótipos raciais velados nas bancas de heteroidentificação podem afetar o psicológico dos sujeitos:

#### **Figura 4: Eu sou negra!**

**"Literalmente fiquei em uma crise de identidade, chorei horrores. Eu fiquei sem palavras, porque eu não sou branca, não sou amarela e nem indígena, então eu sou negra! Não tem a mínima possibilidade disso ter ocorrido de forma coerente", afirma.**

Fonte: g1.globo.com<sup>6</sup>

O discurso da figura 4 intitulado de “Eu sou negra!”, evidencia a crise de identidade evidenciada no discurso de verdade do sujeito reprovado no processo de heteroidentificação é um exemplo claro da maneira como o poder discursivo e institucional pode ser internalizado, desestabilizando os sujeitos e deslegitimando sua própria história de vida e de pertencimento racial. A partir do discurso “Literalmente fiquei em uma crise de identidade, chorei horrores”, percebe-se que o sujeito experimenta a dor de ser despojado de sua autonomia para afirmar quem ele é, como se sua identidade fosse algo que não lhe pertencesse, mas estivesse submetida à validação externa.

Podemos entender esse processo como uma forma de violência simbólica, tendo em vista que “a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16, apud Tavares, 2015). Assim, esse tipo de mecanismo

---

<sup>6</sup><https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/05/09/candidatos-autodeclarados-negros-sao-reprovados-em-cotas-racial-de-concursos-no-df.ghtml>

de violência funciona de forma invisível, criando hierarquias e normas sociais que favorecem alguns grupos e prejudicam outros que estão em risco.

Diante do discurso de verdade proferido pelo sujeito que busca denunciar a injustiça cometida a partir da invalidação da sua identidade enquanto sujeito negro, percebe-se que a verdade pode ser encarada como uma forma de resistência que vai de encontro com as estruturas do poder. São diversas as formas de resistência que emergem na relação entre a verdade e o poder.

No excerto do discurso proferido pelo sujeito, “Eu fiquei sem palavras, porque eu não sou branca, não sou amarela e nem indígena, então sou negra!”. Destaca-se aqui o discurso de verdade em que o sujeito ao passo que resiste às estruturas do poder dominante, se posiciona e reafirma a sua identidade enquanto mulher negra que reconhece os seus direitos perante a sociedade. Ao proferir um discurso de verdade, o sujeito arrisca-se perante a sociedade, já que o corpo historicamente é posto em posição de perigo, principalmente em sociedade que carregam em si uma memória escravocrata, assim como o Brasil o é.

Posteriormente, o sujeito relata que a “Não tem a mínima possibilidade disso ter ocorrido de forma coerente” ela está enfatizando que a negação de sua identidade racial não pode ser vista como algo razoável ou justificável. Ela questiona a lógica que fundamenta a avaliação e, implicitamente, a própria ideia de que características físicas isoladas, como pele, cabelo ou traços faciais, possam determinar a identidade racial de uma pessoa. Para ela, o processo de heteroidentificação não tem “coerência” justamente porque ignora a complexidade das identidades raciais, que são compostas tanto por características físicas quanto por vivências e experiências subjetivas de discriminação, que são essenciais para a formação da identidade negra. Esse discurso de verdade, portanto, não só fere a individualidade do sujeito, mas também reforça as divisões sociais que perpetuam o racismo e a exclusão.

Diante do exposto, o discurso de verdade proferido pelo sujeito que teve a sua etnia negada, faz com que possamos refletir sobre a violência existente no processo de avaliação das bancas heteroidentificação. Bem como também evidencia a urgência com que os sujeitos precisam lutar por direitos e pelo reconhecimento na sociedade como um todo, a fim de quebrar com as amarras do preconceito racial que são velados diariamente em todos os âmbitos sociais. Para tanto, no próximo

subtópico discutiremos sobre a implementação da lei de cotas como um processo de reparação histórica.

### **3.3 A lei de cotas como processo de reparação histórica**

Neste subtópico, iremos revisar como são criadas as cotas como forma de reparação histórica, isto é, como um meio de proteger a população de inúmeras discriminações no passado. Para além de corrigir a injustiça na acessibilidade à educação e empregabilidade, em sendo implementada a lei das cotas também tem um impacto direto sobre as políticas públicas, a fim de desenvolver programas que promovam a inserção efetiva de negros, pardos e demais populações discriminadas. Esses indicadores de acesso não se limitam a medir a presença desses grupos, mas têm um papel ativo no direcionamento das ações governamentais, que visam modificar estruturas de exclusão e promover a justiça social, controlando o comportamento institucional e incentivando a tomada de decisões que promovam igualdade de oportunidades.

A lei de cotas do Brasil estabelecida em 2012 (Lei 12.711/2012) é um passo importante na reconstrução da história das diferenças raciais e sociais, demonstrando uma tentativa de eliminar a desigualdade de oportunidades que herdamos da era da escravidão. Esta medida é uma resposta a décadas de discriminação e representa uma grande mudança no sistema de ensino superior e o reconhecimento da importância das reparações históricas.

De acordo com Almeida (2019), fica entendido que embora não consiga resolver todos os problemas relacionados ao racismo e ao colonialismo, no caso do Brasil, que inclui disparidades educacionais, está produzindo resultados porque quer promover a igualdade e a diversidade, tentar remover alguns dos obstáculos ao crescimento de grupos minoritários na sociedade, especialmente em posições de prestígio como as universidades, preservar o espaço social para discussão da medida, especialmente considerando que a própria regulamentação necessita de correção além de aumentar a aceitação e possibilidade de criação de conflitos raciais.

Mesmo que esta não seja uma solução infalível para o problema do racismo no Brasil, esta medida é uma ferramenta importante para aumentar a conscientização e abordar as deficiências educacionais.

Na sequência destaca-se o discurso proferido por um professor da UERJ, sobre a necessidade da autoafirmação étnica, bem como de todo o processo que envolve a avaliação das bancas de heteroidentificação. Observe:

### **Figura 5: Desafios e tensões**

**“É importante que o candidato enfrente esse momento, mesmo que se sinta desconfortável. O fato de ir lá e se afirmar como negro, não tem jeito, é algo que a vida adulta impõe e que precisa ser encarado. O que devemos fazer é evitar perguntas violentas, para diminuir ao máximo o sofrimento do candidato no momento de ansiedade, e sempre garantir que o comitê seja plural. Mas erros sempre poderão acontecer.”**

[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)<sup>7</sup>

A materialidade destacada na figura 5, evidencia a importância da reafirmação da sua etnia, conforme destacado no discurso “É importante que o candidato enfrente esse momento, mesmo que se sinta desconfortável.”

A matéria revela várias camadas de complexidade sobre o processo de heteroidentificação, a ansiedade dos candidatos negros e as implicações do racismo estrutural no contexto de políticas afirmativas, como as cotas raciais. A frase começa com a ideia de que “é importante que o candidato enfrente esse momento”, sugerindo que o processo de heteroidentificação é visto como um desafio inevitável, uma etapa que os candidatos negros precisam passar.

Ao afirmar que “não tem jeito”, transmite uma noção de que é algo que faz parte da experiência de ser negro em uma sociedade marcada pela desigualdade racial e pela necessidade de reconhecimento dessa identidade. A frase também destaca um aspecto central da pressão emocional que acompanha a heteroidentificação: “se sinta desconfortável”. Esse desconforto reflete não apenas a ansiedade do processo em si, mas também o desconforto psicológico que muitos candidatos negros enfrentam ao serem confrontados com a exigência de validar sua identidade negra perante um comitê.

---

<sup>7</sup>Matéria completa sobre a formação das bancas de heteroidentificação nas instituições. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/06/quem-e-pardo-para-os-comites-que-decidem-quais-alunos-podem-entrar-nas-universidades-por-cotas-raciais.ghtml>. Acesso em: 13 nov 2024.

A heteroidentificação, nesse caso, pode ser vista como um momento de exposição, em que a pessoa é forçada a se submeter a uma avaliação muitas vezes reduzida a traços físicos, sem considerar toda a complexidade da experiência vivida como negro. A segunda parte da frase, "o fato de ir lá e se afirmar como negro, não tem jeito, é algo que a vida adulta impõe", coloca o ato de se afirmar como negro como uma imposição social, como algo que é necessário e inevitável no mundo adulto, onde as estruturas sociais e raciais demandam que os sujeitos se posicionem. Esse posicionamento, no entanto, pode ser doloroso, pois está imerso em um contexto em que a identidade racial é constantemente contestada e deslegitimada, como evidenciado na crise de identidade que muitos enfrentam, como no caso de Ana Karolina que foi abordado no tópico 3.2.

O trecho também sugere que a responsabilidade sobre o processo de heteroidentificação recai sobre os candidatos, colocando-os em uma posição de vulnerabilidade. A ideia de que a "vida adulta impõe" essa afirmação reforça a noção de que ser negro no Brasil, e especialmente no contexto das cotas, é algo que constantemente exige uma afirmação explícita da identidade, o que pode gerar desconforto e sofrimento. A proposta de "evitar perguntas violentas" sinaliza uma tentativa de mitigar os efeitos desse desconforto, reconhecendo que o processo, mesmo que necessário, pode ser invasivo e doloroso. Isso aponta para a necessidade de uma abordagem mais sensível, que leve em consideração a carga emocional dos candidatos.

No entanto, a frase que segue, "erros sempre poderão acontecer", é reveladora, pois sugere que, apesar dos esforços para tornar o processo mais acolhedor, há uma normalização da ideia de que falhas no tratamento dos candidatos como a reproduções de estereótipos raciais ou a aplicação de critérios desatualizados ou inconsistentes são inevitáveis. Isso reflete a falibilidade do próprio sistema de heteroidentificação e a falta de uma abordagem completamente eficaz e empática.

O trecho trata do processo de heteroidentificação, abordando as situações de conflito e contradições entre os aspirantes e os comitês avaliativos. A afirmação "o fato de que alguém vai lá e grita sozinho que é negro, não tem jeito, é algo que a vida adulta impõe e que precisa ser encarado" traz à tona o ônus social e emocional que o candidato tem que suportar e demonstra o quão exigente o ato de reivindicar uma certa raça pode ser devido ao contexto de poder e assimilação que possui.

Por fim, evidencia que por mais que os processos sigam à risca os critérios de avaliação, sejam objetivos e imparciais ainda serão passíveis de erros de julgamento e ameniza com o discurso “Mas erros sempre poderão acontecer.”, ou seja, admite a fragilidade, bem como as chances de ocorrência da falha do sistema, apesar das precauções tomadas.

A inclusão dos pardos nas políticas de cotas está diretamente ligada à forma como seu estatuto social se compara ao dos negros, especialmente em termos de desigualdade em áreas como renda, educação e mobilidade social. No processo de heteroidentificação, a aparência física de muitos sujeitos pardos pode ser interpretada de forma a excluí-los da classificação de “negros”, limitando, assim, seu acesso a um direito criado para reparar a memória escravocrata.

Apesar de fazerem parte de um grupo social historicamente marginalizado, muitos pardos enfrentam desafios quando são vistos como “quase brancos”, como no caso de Alisson, mencionado no tópico 3.1 desta pesquisa. Ele foi desclassificado com base em características físicas como “pele clara e lábios finos”, o que contraria o princípio das políticas de cotas, que deveriam, em teoria, identificar e resolver os conflitos que afetam esses sujeitos.

Isso revela, por um lado, a dificuldade de aplicar uniformemente as políticas de cotas, e, por outro, a complexidade das classificações raciais no Brasil, que não se ajustam facilmente às categorias rígidas de “negro” e “branco”. Além disso, embora o aumento da identificação de pessoas como mestiças seja um avanço na promoção da diversidade e inclusão racial, ainda existem desafios significativos na implementação da política, principalmente em contextos em que a identidade racial é fluida e marcada por múltiplas formas de discriminação.

A afirmação de um candidato como negro, em momentos como o de heteroidentificação, é um reflexo da necessidade de enfrentar as realidades impostas pela sociedade, como menciona a pesquisa: “é importante que o candidato enfrente esse momento, mesmo que se sinta desconfortável”. No entanto, é essencial que a banca seja plural e que se evite a violência das perguntas, para que o sofrimento do candidato seja minimizado, o que demonstra o quão complexa e sensível é a aplicação dessas políticas.

A matéria abaixo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha e discursivizada no *Webjornal* G1, que investiga a opinião dos brasileiros sobre as cotas raciais em universidades e institutos federais. A pesquisa evidencia o

apoio à política de cotas, ao mesmo tempo que revela a divisão de opiniões sobre o critério racial utilizado para a distribuição das vagas. Vejamos:

### Figura 6: A percepção pública sobre as cotas

#### EDUCAÇÃO

Pesquisa divulgada pelo Datafolha no jornal Folha de S.Paulo neste sábado (6) mostra que 83% dos brasileiros apoiam as cotas em universidades e institutos federais, mas há divisão quanto ao critério racial para a destinação das vagas.

#### Sobre as cotas, os entrevistados responderam:

- Deve permanecer como está pois é importante para corrigir desigualdades raciais: **42%**;
- Deve haver reserva de vagas apenas para estudantes de escolas públicas, independente de cor ou raça: **41%**;
- Não deve ter reserva de vagas para ninguém: **15%**;
- Não sabe/outras respostas: **2%**.

Fonte: g1.globo.com<sup>8</sup>

O ponto mais interessante da pesquisa está na divisão sobre o critério racial, que se torna evidente nas opções de resposta dos entrevistados. 42% dos entrevistados consideram que as cotas devem permanecer como estão, com a destinação de vagas reservadas de acordo com critérios raciais, justificando essa política como uma forma importante de corrigir desigualdades raciais. Esses 42% provavelmente reconhecem que a desigualdade racial é um problema profundo no Brasil, em que a população negra e parda historicamente tem sido marginalizada e, portanto, precisa de mecanismos específicos para superar as barreiras estruturais que enfrentam no acesso à educação.

Por outro lado, 41% dos entrevistados acreditam que as cotas devem ser reservadas apenas para estudantes de escolas públicas, independentemente da cor ou raça. Essa posição revela um debate sobre o "mérito" e a ideia de que as desigualdades educacionais podem ser corrigidas apenas com base na origem escolar do estudante, sem considerar a dimensão racial. Esse grupo parece

<sup>8</sup> Matéria completa sobre a pesquisa feita acerca da aceitabilidade da população com relação às cotas raciais. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/04/06/datafolha-83percent-apoiam-cotas-em-universidades-federais.ghtml>. Acesso em: 10 de Novembro de 2024.

considerar que a desigualdade de acesso à educação está mais ligada à origem socioeconômica do que à questão racial, subestimando, talvez, o impacto do racismo estrutural nas trajetórias educacionais de pessoas negras e indígenas.

15% dos entrevistados se opõem completamente à política de cotas, argumentando que não deve haver reserva de vagas para ninguém, uma posição que reflete uma visão meritocrática, em que se acredita que todos devem competir pelas vagas universitárias de maneira igual, sem qualquer tipo de intervenção do Estado. Esse grupo pode enxergar as cotas como uma forma de discriminação “reversa” ou como um obstáculo à meritocracia, não levando em consideração as disparidades históricas e sociais que as cotas buscam corrigir.

2% dos entrevistados não sabem ou não têm uma opinião definida, o que pode ser considerado como a falta de uma reflexão mais aprofundada sobre a política de cotas ou a complexidade do tema para uma parte da população. A investigação identifica a luta contínua entre a ideia de cotas raciais – ligada ao mecanismo de represália das injustiças históricas – a ideia de abordar a desigualdade por meio de critérios socioeconômicos, que é um acesso a uma educação básica de alta qualidade.

Adicionalmente, 15% da oposição que apoia a abolição das cotas indica que, apesar da ampla aceitação do público, há grandes obstáculos na aceitação de medidas afirmativas no Brasil, principalmente em relação à compreensão da importância da reparação racial. Apesar de ser uma sociedade multicultural e ter uma população majoritariamente negra, o Brasil ainda enfrenta uma resistência significativa à ideia de que a raça é um fator decisivo na desigualdade social.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a disseminação de discursos de ódio tem reforçado estereótipos raciais que estruturam práticas de exclusão social. Esses discursos frequentemente entram em conflito com iniciativas que buscam promover os direitos e a inclusão de sujeitos racializados. No contexto atual, as mídias digitais se tornaram espaços de reprodução e amplificação desses estereótipos, evidenciando o potencial das plataformas virtuais tanto para perpetuar preconceitos quanto para contestá-los e fomentar a inclusão.

A partir das práticas discursivas e discriminação de estereótipos presentes nos discursos das bancas de hetero identificação, a presente pesquisa buscou entender como os discursos que reforçam estereótipos raciais propagados na sociedade desempenham um papel central na manutenção de desigualdades sociais, especialmente no contexto das bancas de hetero identificação. Esses discursos não apenas reproduzem hierarquias raciais historicamente enraizadas, mas também influenciam os critérios e percepções utilizados na avaliação de sujeitos pretos e pardos, contribuindo para processos de exclusão e invalidação identitária.

Nesse sentido, ao analisar os discursos presentes nas bancas de hetero identificação, constatou-se que, ao invalidar sujeitos pretos e pardos com base em estereótipos raciais, reforçam-se dinâmicas de exclusão e desigualdade social. Esses estereótipos sustentam narrativas que deslegitimam a identidade racial desses sujeitos, direcionando ataques simbólicos que buscam silenciar discursos em defesa da inclusão e da equidade racial. Observou-se que tais práticas, ancoradas em preconceitos estruturais, não apenas afetam os sujeitos diretamente envolvidos, mas também impactam negativamente os avanços sociais que promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade racial.

Também foi evidenciado, como os discursos proferidos nas bancas de hetero identificação e discursivizados em matérias do *Webjournal* G1 sobre as rejeições de sujeitos pretos e pardos nas avaliações de identidade racial, são afetadas por tais discursos. Dito isso, fica evidente o exercício do poder presente nesse cenário e seu impacto na inclusão e exclusão de indivíduos que se autodeclararam negros ou pardos, mas são considerados não elegíveis de acordo com os critérios estabelecidos.

Nesse sentido, ressalta-se a manifestação da "vontade de verdade" nas falas

dos participantes reprovados, e como eles expressam suas experiências e identidades raciais diante da heteroidentificação e do discurso social marginalizador, como resistência a esse poder exercido pelas bancas. Assim, o estudo auxiliou na ampliação do entendimento dos obstáculos que negros e pardos enfrentam no contexto das cotas e da heteroidentificação, mostrando como os discursos e práticas de avaliação mantêm estereótipos raciais e sustentam a hierarquia racial vigente.

Em síntese, foram revelados os efeitos das discursividades que, embora busquem mitigar desigualdades, continuam a reforçar estereótipos raciais, prejudicando a efetividade das políticas de cotas como mecanismo de reparação. Esse processo de estigmatização e limitações nas percepções sobre identidade racial sustentam uma hierarquia racial, perpetuando desigualdades nas avaliações e interações cotidianas. Portanto, esta pesquisa se tornou essencial para desmistificar as estratégias discursivas que ainda buscam restringir a verdadeira implementação das cotas, ignorando sua capacidade de promover a igualdade social. Por fim, a pesquisa se torna relevante para o entendimento de como discursos racistas e estigmatizantes constroem o imaginário coletivo, evidenciando a importância de revisar e aperfeiçoar continuamente a política de cotas, a fim de garantir que ela alcance seu objetivo de corrigir as disparidades raciais enraizadas ao longo da história.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em:  
[https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/871313/mod\\_resource/content/1/ALMEIDA%2C%20Silvio%20Luiz%20de.%20Racismo%20estrutural.%20S%C3%A3o%20Paulo%3B%20P%C3%B3len%2C%202019..pdf](https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/871313/mod_resource/content/1/ALMEIDA%2C%20Silvio%20Luiz%20de.%20Racismo%20estrutural.%20S%C3%A3o%20Paulo%3B%20P%C3%B3len%2C%202019..pdf). Acesso em: 23 nov. 2024.
- Assis, E. **O dever da memória no discurso midiático**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. 325p.
- Bhabha, Homi. **A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo**. In: BUARQUE DE ALMEIDA, 2012.
- Brasil. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica, 2023.
- Canavilhas, José Manuel Messias. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. Apresentação no I Congresso Ibérico de Comunicação. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- Deleuze, Gilles. **O que é um dispositivo?** In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161. Disponível em: <https://michel.foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Fiorin, José Luiz. **A linguagem humana: do mito à ciência. Linguística? Que é isso?** São Paulo: 2013.
- Foucault, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Foucault, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.
- Foucault, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- Foucault, M. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- Foucault, M. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Foucault, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1976.

Gomes, Edjane, **O dever da memória no discurso midiático**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015. 325 p.

Gregolin, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2007.

Machado, R. **Introdução por uma genealogia do poder**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. IX-XXV.

Orlandi, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p. ISBN: 9788571131316.

Palacios, Marcos. **Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line**. In: Machado, Elias; PALACIOS, Marcos. (org.) *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003.

Veiga-Neto, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3. ed. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2016.

#### **Páginas acessadas:**

<sup>1</sup>PINHEIRO, Leonardo; PAIVA, Deslange. **Jovem que perdeu vaga de medicina na USP por não ser considerado pardo entra na Justiça para tentar reverter decisão**. g1 SP e TV Globo, São Paulo, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/01/jovem-que-perdeu-vaga-de-medicina-na-usp-por-nao-ser-considerado-pardo-entra-na-justica-para-tentar-reverter-decisao.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

<sup>2</sup>ALVES, Raoni. **Estudante negro aprovado entre cotistas tem matrícula rejeitada após UFF alegar falta de áudio em vídeo para comprovar raça**. g1 Rio, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/26/estudante-negro-aprovado-entre-cotistas-tem-matricula-rejeitada-apos-uff-alegar-falta-de-audio-em-video-para-comprovar-raca.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

<sup>3</sup>YAMAGUTI, Bruna. **Candidatos autodeclarados negros são reprovados em cotas raciais de concursos no DF**. g1 DF, 9 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/05/09/candidatos-autodeclarados-negros-sao-reprovados-em-cotas-raciais-de-concursos-no-df.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2024.

<sup>4</sup>TENENTE, Luiza. **Quem é pardo para os comitês que decidem quais alunos podem entrar nas universidades por cotas raciais?** g1, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/06/quem-e-pardo-para-os-comites-que-decidem-quais-alunos-podem-entrar-nas-universidades-por-cotas-raciais.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.

<sup>5</sup>STABILE, Arthur. **Datafolha: 83% apoiam cotas em universidades federais;**

**critério racial divide opinião.** g1, 6 abr. 2024. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/04/06/datafolha-83-apoiam-cotas-em-universidades-federais-criterio-racial-divide-opiniaoghtml>. Acesso em: 10 nov. 2024.